
V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

IMPrensa, DISCURSO IDEOLÓGICO E GOLPE DE ESTADO: UMA ANÁLISE DO CADERNO ESPECIAL “64 – BRASIL CONTINUA” DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO À LUZ DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Cynthia Adrielle da Silva Santos (PUC-Rio) - cynthia.assantos@gmail.com

Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio) - alessandra.costa@iag.puc-rio.br

1. Introdução

Apesar de não ser um movimento recente, a partir dos anos 2000 pesquisadores organizacionais passam, de forma mais sistemática, a promover a perspectiva histórica em administração. Este movimento de retomada da história nos estudos organizacionais – denominado virada histórica (Booth & Rowlinson, 2006; Clark & Rowlinson, 2004) – buscou problematizar a localização acrítica da pesquisa organizacional no contexto histórico. Desafiando a premissa de leis e estruturas perenes que subsidiam entendimentos lineares acerca das organizações e são pautadas pelas ideias de ordem e de progresso, o encaminhamento agora considera as ações do homem e das organizações (e suas narrativas) no tempo e no espaço.

A virada histórica traz consigo uma reflexão mais crítica e um novo olhar sobre os métodos históricos para estudar as organizações cujos fenômenos passam a ser compreendidos como historicamente construídos. Desse modo, os estudos organizacionais históricos retratam as organizações dentro de seu contexto sócio-histórico a fim de elaborar narrativas teóricas historicamente informadas e atentas para mudanças nas interpretações de significado ao longo do tempo (Maclean, Harvey & Clegg, 2016), considerando o seu contexto ideológico e tornando o seu foco mais abrangente “englobando não somente estudos sobre o passado/futuro das organizações, mas estudos acerca do sentido do passado/futuro para as organizações” (Costa, Barros & Martins, p. 295).

Pensar as organizações no tempo e no espaço é pensar as relações estabelecidas entre os diversos agentes sociais. E, no caso da presente pesquisa, pode-se entender, com base na literatura, que o golpe civil-militar e o regime ditatorial que se instalou no Brasil após 1964 foram marcados por mudanças políticas em grande parte corroboradas pela atuação da grande imprensa (Abreu, 2005; Dias, 2012, 2013; Kieling, 2016; Motta, 2013; Smith, 2000). De acordo com Capelato (2014, p.303), considera-se grande imprensa os periódicos tradicionais considerados de longa duração "que se constituíram, desde o início, como empresas jornalísticas geradoras de lucros, com ampla tiragem e significativa atuação política no plano nacional". No que diz respeito ao período da ditadura civil militar brasileira, os principais jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro eram respectivamente: Estado de São Paulo e Folha de São Paulo; e Correio da Manhã, Jornal do Brasil e O Globo. Ainda segundo esta autora, "esses jornais, além de veículos de informação, tiveram, e alguns continuam tendo, papel relevante como formadores de opinião, além de se caracterizarem como instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida política" (Capelato, 2014, p.303).

Nesse sentido, torna-se fundamental levantar a discussão sobre a relação cada vez mais imbricada entre o discurso da imprensa e o campo político que a perpassa. Conforme aponta Capelato (2014), é necessário levar em conta que os jornais da grande imprensa se caracterizam, ao mesmo tempo, como instituições de natureza pública e de natureza privada, mesclando interesses políticos e empresariais. Desse modo, de acordo com seus interesses mercadológicos, os jornais podem assumir diferentes posicionamentos, influenciando e dirigindo o cotidiano das pessoas, tendo um papel fundamental no processo de construção social. De acordo com Abreu (2005), esta foi considerada, inclusive, como um dos agentes condutores da divulgação do fantasma do comunismo, discurso que foi empregado de forma recorrente como uma das justificativas para a deposição do governo democrático de João Goulart.

Outro ponto relevante de se destacar diz respeito às práticas discursivas adotadas pela imprensa, a fim de compreender as estratégias linguísticas utilizadas para posicionar uma interação, conforme apontam Spink e Medrado (2013). Isso porque, os discursos “adquirem significados de muitas formas (...) A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do

conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (Luca, 2006, p.140). Dessa forma, conforme aponta a autora, a imprensa escolhe, dispõe, ordena e relata, de um determinado modo, o que elegeram como apropriado de se chegar ao público.

Desse modo, o presente trabalho, teve por objetivo analisar o Caderno Especial “64 – Brasil Continua” do Jornal Folha de São Paulo à luz da análise crítica do discurso. A partir desta análise buscou-se compreender qual foi o posicionamento e as principais construções discursivas que o Jornal assumiu no momento do golpe civil-militar de 1964.

2. Imprensa, Governo e Ditadura Civil Militar

São várias as historiografias que buscam compreender o Golpe de 1964 e a posterior instalação de um governo militar autoritário, cada uma apontando para diferentes perspectivas sobre este acontecimento político e histórico no Brasil, antes, durante e depois do afastamento do presidente João Goulart (Napolitano, 2011). No presente trabalho, como dito anteriormente, foi utilizada a historiografia que aponta para a forte participação e colaboração das empresas na ditadura civil-militar no momento do Golpe de 1964, sobretudo, com enfoque na grande imprensa brasileira. Os debates acerca da relação entre ditadura, imprensa e grande imprensa vem crescendo cada vez mais. Em grande parte, esse crescimento pode ser entendido como um desdobramento do processo de abertura de arquivos da repressão - por exemplo os arquivos dos Departamentos de Ordem e Política Social (DOPS) estaduais e do Serviço Nacional de Informações (SNI) - considerados até então como sigilosos, o que leva Estevez e Bandeira (2014) a argumentarem que o momento atual é bastante favorável para pesquisas acadêmicas acerca do período da ditadura civil militar brasileira.

Ainda de acordo com estas autoras, o tema Imprensa é um dos mais recorrentes quando o recorte é a produção acadêmica sobre a ditadura militar brasileira (entre 1982 a 2013, por exemplo, foram defendidas 41 teses e dissertações) (Estevez & Bandeira, 2014). Apesar deste aumento no interesse a respeito do tema, cabe destacar que apesar da importância e da influência da grande imprensa na sociedade (como ator social), "nas pesquisas historiográficas sobre o período do regime civil-militar, os jornais tem sido utilizados apenas como fonte e raros são os trabalhos acadêmicos que os tomam como objeto específico de estudo" (Capelato, 2014, p.303).

2.1 A Grande Imprensa e o Golpe de 64

Para entender toda essa conjuntura, precisa-se dar um passo atrás e visualizar o cenário que antecedeu ao golpe. Reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma eleitoral e reforma do estatuto do capital estrangeiro, reforma universitária. O contexto político do Governo de João Goulart (1961-1964) era bastante particular:

"A reforma agrária avançava sobre o latifúndio, e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob o controle do Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto aos analfabetos - cerca de 60% da população adulta - e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; a reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo de ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais" (Schwarcz & Starling, 2015, p.439).

Ao mesmo tempo, o contexto econômico era de inflação alta, salários desvalorizados e aumento de custo de vida. No que diz respeito mais especificamente à imprensa, como destaca Abreu (2005), ocorria ainda a crise (iniciada no governo de Jânio Quadros) no setor resultado do aumento dos custos do papel, exatamente em um momento onde várias modificações foram sendo introduzidas no processo de produção da imprensa. Como argumenta Dias (2012), estas modificações (inovações gráficas, de diagramação e de paginação, entre outras) implicavam em modernizações técnicas e de redação que requeriam um significativo aporte financeiro. No caso da Folha de São Paulo, por exemplo, os proprietários do jornal nos anos 1960 e 1970 investiram "na reorganização do empreendimento e no saneamento das dívidas através da modernização tecnológica, da renovação do sistema de distribuição de seus produtos e do estabelecimento de uma estratégia de crescimento voltada à aquisição de gráficas e publicações" (Pires, 2008, p.306).

Assim, após o Golpe de 1964, pode-se afirmar que a ditadura militar brasileira caminhou em paralelo ao processo de modernização da grande imprensa no país (Abreu, 2005; Dias, 2012), assumindo o governo militar um papel de importante aliado neste processo, tanto como financiador de linhas de crédito quanto como na forma de principal anunciante. Mas não era uma relação de mão única. Pelo contrário:

"a ideia de uma "modernização" da imprensa era de extrema importância enquanto estratégia político-ideológica dos militares para garantir uma conjuntura de segurança nacional. (...) Nos idos do golpe de 1964, a imprensa atuava com forte empenho na propagação dos preceitos "nacionais" e "democráticos", pelo estabelecimento da "ordem" e da "legalidade". Foi peça-chave no combate contra o dito "fantasma do comunismo", uma das principais justificativas para a intervenção militar naquele momento. O grande empresariado via com ceticismo o projeto de reforma do governo João Goulart e por isso foi praticamente unânime em apoiar o levante dos generais (Dias, 2012, p.45).

Desse modo, de acordo com Abreu (2005, p.13), "em um primeiro momento, os proprietários e os jornalistas defenderam os preceitos formais do regime democrático, deram espaço para os discursos favoráveis à preservação do regime, e os próprios jornais formularam argumentos em favor da obediência à constituição". Entretanto, ao passo que se intensificou a mobilização ideológica, no momento em que o governo se aproximou dos grupos radicais de esquerda e foi perdendo o apoio dos grupos de centro, sobretudo, quando a crise político-econômica se acentuou, os jornais foram modificando seu discurso, elaborando e acompanhando a direção dos grupos favoráveis à deposição de Goulart (Abreu, 2005).

Dias (2012, p.45) corrobora ainda que, diante de "um clima cada vez mais incerto e instável, os jornais foram mudando seus discursos (...) Com a radicalização chegando inclusive à hierarquia militar na chamada "Revolta dos Marinheiros", em finais de março de 1964, os jornais assumem oficialmente seus discursos anti-radicalização e pedem a saída do então representante da nação". No entanto, a relação entre imprensa e governo militar também vai sendo modificada no decorrer do tempo mostrando o quão complexo e ambíguo configura-se o seu caráter: "ao mesmo tempo em que os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação no país, eles acabaram por controlar e censurar suas matérias, interferindo assim no conteúdo das informações e naquilo que deveria ou não ser esquecido e/ou lembrado" (Dias, 2012, p.48).

Nesse sentido, para Diniz (1994), o empresariado atuou como participante ativo dos acontecimentos, sendo sujeito de suas opções e ações, como ator político capaz de fazer

escolhas e de intervir na ação governamental. Segundo a autora, o empresariado teve uma influente participação nos acontecimentos que levaram à queda de Goulart, em 1964. Nesse sentido, Dias (2011) aponta que a ação de dois órgãos se tornaram sinônimos de conspiração nesse período, sendo o eles o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD).

Segundo Dreifuss (1981, p. 230), “o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”. De acordo com Dias (2011), esses institutos perpassavam por vários setores e agentes reacionários de direita como políticos, militares, representantes de multinacionais e empresários, que eram contra a permanência de João Goulart no poder. Assim, o discurso dos jornais e desses dois órgãos estava em conformidade (Dias, 2011). Além disso, segundo o historiador, o complexo IPES/IBAD através de suas ligações com os empresários da imprensa, conseguia influenciar na linha política dos jornais. De acordo com Dreifuss (1981, p.233) “O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, o Globo”, entre outros.

Soares e D’Araújo (1994, p.06) apontam ainda que, o regime contou com “uma forte e consistente base civil”, uma vez que, setores empresariais apoiaram o setor militar compartilhando de uma forte convicção de que “tal aliança era imprescindível para livrar o país da ameaça comunista”. Além disso, um dos fatores que podem explicar essa atuação estava no:

“sentimento de ameaça que a mobilização popular crescente despertou no setor, como, aliás, nos demais segmentos das elites dominantes. Ao lado dos militares, os empresários integraram-se à coalizão conservadora que conduziu o movimento pela destituição do presidente constitucional” (Diniz, 1994, p.203).

Nessa perspectiva, como outros setores liberais e conservadores da sociedade, a grande imprensa preferiu os riscos da intervenção militar às ameaças de um processo de esquerdização no Estado (Motta, 2013). De acordo com o autor, a adoção do termo “revolução”, revela o modo como a imprensa encarou o novo regime, e a forma positiva em que utilizava esse termo para obter legitimidade. Não o bastante, seus representantes atuaram como opositores ou defensores dos governos e se destacaram como articuladores dos principais movimentos que mudaram a história do país ao longo do século XX (Smith, 2000; Capelato, 2014). Nesse sentido, a imprensa se torna agente da história que ela ajuda a construir.

Smith (2000) corrobora que, a imprensa e o Estado têm-se entrelaçado fortemente ao longo da história, se influenciando mutuamente, embora nunca tenham tido poderes comparáveis. De acordo com a autora, a imprensa é uma entidade multifacetada, pois é um ator econômico e sociopolítico, havendo uma tensão decorrente dessas identidades duplas que não são necessariamente complementares. Além disso, “as principais publicações jornalísticas no Brasil, em sua maioria, são de propriedade privada e têm fins lucrativos. Vinculam-se diretamente com outros meios de comunicação e outros setores empresariais” (Smith, 2000, p.20). Assim, como empresa de negócios, a imprensa interage com o Estado em múltiplas frentes, visto que estão interligadas.

Desse modo, é possível verificar que de muitas formas a imprensa conseguiu influenciar e pressionar governos de acordo com seus interesses. A imprensa foi fundamental na desmoralização do presidente Goulart no período em que antecedeu o golpe de 1964 (Smith, 2000). Como um ator político, de acordo com a autora, a imprensa pode se dispor de alianças com a oposição ou com grupos subordinados ao Estado. Dessa forma, a imprensa agiu como uma incentivadora do golpe de 1964. Isso porque, de acordo com Smith (2000) parte de suas publicações contribuíram para a rejeição pública de Goulart, de forma geral, a grande imprensa se opunha às mobilizações de massa de Goulart e suas pretendidas reformas de base como a reforma agrária e a sindicalização de militares.

Para Abreu (2005), a sequência de greves, as fortes críticas à política econômica do governo juntamente com a mobilização dos grupos de esquerda e de direita e a revolta dos sargentos, permitiu a manifestação de um clima de grande instabilidade política e econômica do país. Quando, por sua vez, segundo a autora, Goulart decidiu apoiar a esquerda e promover comícios nas principais cidades do país a fim de mobilizar a população a favor das reformas de base. Nesse momento,

“a relação entre o comício e o comunismo foi estabelecida pelos jornais, pelos políticos, pela Igreja e pelos empresários. Os jornais, intensificam as notícias, as declarações de políticos, de personalidades públicas, de militares sobre o tema da “comunização” do país. Os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional passaram a pedir intervenção das Forças Armadas” (Abreu, 2005, p.18).

Dessa forma, é possível identificar que a atuação da imprensa como apoiadora do golpe de 1964 está identificada por grande parte da bibliografia sobre a história da imprensa brasileira. Mesmo diante disso, jornais e jornalistas, através de suas perspectivas e ações memorialísticas, apresentam uma narrativa um tanto diversa, a fim de minimizar esse apoio (Kieling, 2016). Entretanto, parte da produção historiográfica que buscou explicar o golpe civil-militar de 1964 afirma que a desestabilização civil foi forte, à medida que a ação militar foi um tanto improvisada. Diante disso, para Kieling (2016), a atuação da imprensa está entre os elementos que foram fundamentais para a desestabilização civil e contribuiu para a efetivação e legitimação do golpe de 1964. Isso se dá uma vez que o discurso produzido pelos jornais não somente reflete, mas também interfere de forma significativa na construção social da realidade. Fica assim expressa, apesar de não explicada, no discurso da imprensa a incompatibilidade entre a defesa de valores democráticos e o apoio a uma solução claramente autoritária (Kieling, 2016).

3. Discurso e ideologia

Segundo Brandão (2004), na análise do discurso, um quadro teórico que combine o linguístico ao sócio histórico precisa ter como centrais os conceitos de ideologia e discurso. Isso ocorre porque, de acordo com Blommaert e Bulcaen (2000), o discurso é visto como um meio através do qual e no qual as ideologias são reproduzidas. Como desdobramento, pode-se por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, desnaturalizar e desarticular crenças que atuam como suporte a estruturas de dominação (Rezende & Ramalho, 2004).

No que tange ao conceito de discurso, Fairclough (2016) considera o uso da linguagem como forma de prática social. Isso porque, conforme corroboram Rezende e Ramalho (2004), este se apresenta em duas vertentes, sendo socialmente constitutivo e constituído socialmente.

Ou seja, por meio do discurso se constituem as estruturas sociais; e o discurso varia de acordo com os domínios sociais em que são gerados. Assim, o discurso contribui para construção de identidades sociais, relações sociais entre as pessoas e na construção de sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 2016).

De forma a compreender esse duplo movimento, Fairclough (2016) propõe um quadro tridimensional para se analisar o discurso: como texto, prática discursiva e prática social. No que se refere à primeira dimensão, o autor afirma que, os textos são geralmente ambivalentes e abertos a diferentes interpretações. Além disso, existem quatro itens nos quais a análise textual pode ser organizada, são eles: a) vocabulário, que trata das palavras individuais; b) gramática, referente às palavras combinadas em orações; c) coesão, que diz respeito a ligação entre orações e; d) estrutura textual, que trata da organização dos textos.

A segunda dimensão do discurso, a prática discursiva, é constitutiva tanto de forma convencional (contribuindo para reproduzir a sociedade) quanto de forma criativa (contribuindo para transformar a sociedade). Esta dimensão envolve processos de produção, distribuição e consumo textuais, que variam entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais, uma vez que, os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em diferentes contextos sociais. O autor exemplifica mostrando que alguns textos conduzem à guerras enquanto outros à destruição de armas nucleares, podendo também modificar as atitudes, crenças ou as práticas das pessoas. Para Spink e Medrado (2013, p.5) o conceito de prática discursiva “remete, aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentido, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade”. Assim, é possível definir, conforme abordam os autores, a prática discursiva como linguagem em ação, formas pelas quais as pessoas produzem sentido e posicionam em suas relações sociais no cotidiano.

Em relação à terceira dimensão - prática social - Fairclough (2016) corrobora que esta tem vertentes econômicas, políticas, ideológicas e culturais, nas quais o discurso pode estar intrínseco em todas elas. Em relação ao discurso como prática ideológica, o autor aponta que este, “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2016, p.98). Além disso, a prática social é uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Desse modo, essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva que é uma forma particular da prática social.

Nessa perspectiva, o discurso pode ser entendido como a materialidade específica da ideologia, do mesmo modo que a língua pode ser vista como materialidade específica do discurso (Orlandi & Lagazzi-Rodrigues, 2006). Além disso, Blommaert e Bulcaen (2000) apontam o discurso também como um objeto de poder opaco em sociedades modernas. Por esse motivo, para análise do discurso, a linguagem não é transparente, e interpretar não significa atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, explicando como um objeto simbólico produz sentidos, tornando-o mais visível e transparente.

Brandão (2004) defende que toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Isso porque, a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações. Para Motta (1992, p.39) a ideologia só é uma verdade se a entendermos como verdade em conflito. Isto quer dizer, que “a ideologia é um conjunto de valores e crenças que visa à manutenção de uma determinada ordem social, ocultando os elementos que a ameaçam e lhe são inerentes”. Thompson (2011) argumenta que o conceito de ideologia possui uma natureza ambígua por descrever um estado de coisas (como um sistema de ideias políticas) e por também ser usado para avaliar um estado de coisas.

Thompson (2011) afirma que a literatura social e política trouxe duas respostas a essa herança ambígua da ideologia. A primeira delas, uma tentativa de domar o conceito, tirando seu sentido negativo a fim de incorporá-lo em um conjunto de conceitos descritivos, criando o que se pode chamar de concepção neutra da ideologia (Thompson, 2011). Por outro lado, o autor aponta que, uma segunda resposta a essa herança ambígua do conceito de ideologia foi a de abandonar o conceito, como tem sido feito por muitos pensadores sociais nos últimos anos. Entretanto, este autor traz uma concepção crítica de ideologia. Sem eliminar seu sentido negativo, toma-o como um índice dos problemas aos quais o conceito se refere. Ao assim proceder, busca focar novamente esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido e poder, como sendo esse o fator responsável pela sustentação das relações de dominação.

Desse modo, Thompson (2001) reforça que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido serve, em conjunturas particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que não sistematicamente assimétricas, o que o autor chama de relações de dominação. Nessa conjuntura, o discurso é uma das formas em que a materialidade ideológica se concretiza (Brandão, 2004). Rezende e Ramalho (2004) corroboram que no que se refere à ideologia, os aspectos do texto como os sentidos das palavras, as metáforas, as pressuposições e o estilo podem ser observados como investidos ideologicamente. Por esse motivo, Thompson (2011, p.16) aponta que o estudo da ideologia exige:

“(...) que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens aos textos complexos. Ela exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ela exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas”.

É neste sentido que pode-se entender por formação discursiva, aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada num contexto, se determina o que pode ser dito (Orlandi & Lagazzi-Rodrigues, 2006). Como desdobramento, Brandão (2004, p.42) aponta que “a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas”, e que os discursos são governados por formações ideológicas e por isso estão tão relacionados. A análise crítica do discurso, assim, concebe o discurso como um fenômeno social e procura, conseqüentemente, melhorar os fundamentos teórico-sociais para praticar a análise do discurso assim como para pontuar o discurso na sociedade.

4. Metodologia

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e documental, coletou e analisou o Caderno Especial do Jornal Folha de São Paulo, publicado no dia 31 de Março de 1964, cujo conteúdo está disponível ao público no acervo do próprio site da empresa. A escolha do Jornal Folha de São Paulo ocorreu em função do seu escopo de circulação e influência, considerado um significativo representante da grande imprensa e um dos principais conglomerados de mídia no Brasil na época.

No que diz respeito à análise dos dados, foi utilizada a análise crítica do discurso. Rezende e Ramalho (2004) apontam que, essa abordagem busca estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos

selecionados por pessoas ou grupos sociais. Um ponto relevante para análise documental está na preocupação do pesquisador em identificar quais foram os mecanismos de produção de tais documentos sendo preciso identificar quem é o enunciador por trás do documento, quais seus objetivos ao produzi-lo, quem são os receptores vinculados e qual amplitude de recepção desses documentos. Para tanto, nessa pesquisa foi considerado o papel da imprensa na divulgação de informações, ideias e valores, com potencial de construir consensos.

Além disso, Fairclough (2016) com seu quadro tridimensional, analisa o discurso não apenas como texto, mas também como prática discursiva e prática social. Thompson (2011), por sua vez, reforça que se a ideologia for pensada como maneiras em que o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de dominação, então pode-se entender que o desenvolvimento da comunicação de massa traz enormes consequências para a natureza e o alcance dos fenômenos ideológicos.

Resende e Ramalho (2011) acrescentam ainda que, toda análise crítica do discurso parte da percepção de um problema que normalmente está relacionada com relações de poder, distribuição desigual de recursos e naturalizações de discursos particulares como se fossem universais. Após esse momento, se identificam as barreiras para que o problema seja superado. Essa etapa, segundo as autoras, consiste em analisar a conjuntura das práticas sociais atreladas ao problema, analisar o momento da prática com ênfase no discurso a fim de se entender suas relações e, analisar o discurso identificando sua estrutura e interação. Por fim, Resende e Ramalho (2011), apontam que um etapa seguinte consiste em buscar possíveis modos de superação dos problemas identificados. Ademais, por ser a análise crítica do discurso reflexiva, um trabalho final consiste em uma reflexão sobre a análise realizada.

A análise ocorreu seguindo as três dimensões proposta no modelo de Fairclough (2016): da prática social, da prática discursiva e textual. A fim de estruturar a presente análise, dentro da análise textual, foram utilizadas quatro categorias: a) *modalidade*, que funciona como um ponto de intersecção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das relações sociais; b) *transitividade*, no qual, o verbo marca uma relação entre os participantes e os processos de ação, em que um agente age em direção a um objetivo; c) *metáfora*, que trabalha a transposição do sentido próprio ao figurado e; d) *avaliação*, que são apreciações ou perspectivas do locutor, sobre aspectos do mundo.

Para além destas categorias, foram utilizadas algumas das estratégias do arcabouço de Thompson (2011) para análise de construções simbólicas ideológicas de operação da ideologia: (1) a estratégia de *universalização*, no qual interesses específicos são apresentados como gerais, como forma de legitimação das relações de dominação; (2) a estratégia de *eufemização*, pelo qual ocorre a valorização positiva de ações, instituições ou relações, como forma de ocultação das relações de dominação; e 3) a estratégia de *nominalização*, em que se consegue concentrar a atenção do leitor para determinado tema em detrimento de outro, com apagamento de atores e ações.

5. Análise dos dados

Como já mencionado anteriormente, a **prática discursiva** se desdobra em produção, distribuição e consumo do discurso, sabendo disso, torna-se fundamental para integralidade da análise conhecer quem produz o discurso e de que determinado lugar social o faz, assim como, quem recebe esse discurso. No caso da presente pesquisa, o receptor do discurso é uma grande parcela da população brasileira, uma vez que, já na época, a Folha era um dos maiores jornais da indústria jornalística do Brasil. Além disso, por se tratar de um texto do Caderno Especial da Folha de São Paulo, verifica-se a autoria do jornal como o produtor textual. Desse

modo, cabe analisar em que contexto a organização e a sociedade brasileira se encontrava nesse período.

5.1 A Folha de São Paulo no início dos anos 1960.

Fundada em 1920, a Folha passou por uma série de proprietários que deram diferentes orientações ao periódico com uma atuação política relevante (Capelato, 2014). Em 1962, o jornal foi comprado por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho que ainda no governo de Goulart, transformaram três edições diárias no principal jornal do grupo, o Folha de São Paulo, que também tornou-se um dos principais jornais da grande imprensa brasileira (Dias, 2013; Capelato, 2014). Entretanto, a empresa passava por uma crise financeira e buscou sua reestruturação em um momento delicado da política nacional, que passava por um processo de transição.

Dentro do contexto já mencionado de instabilidade em que se encontrava o Brasil em 1964, a Folha alinhava-se à grande parte do empresariado nacional, que enxergava o governo de Goulart como de extrema esquerda que caminhava para o comunismo. Segundo Capelato (2014), a grande imprensa paulista atuou de forma constante e decisiva na preparação do Golpe de 64 e no apoio ao governo militar. Esse foi o caso, da trajetória:

"(...) da empresa Folha e do seu principal jornal, a Folha de São Paulo (...) A FSP apoiou o golpe, comemorou a vitória, mas assumiu uma postura mais reservada em relação ao novo regime. É possível supor que essa atitude foi adotada para não por em risco, numa situação ainda indefinida, o patrimônio da empresa e a reputação do jornal de maior circulação nacional naquele momento. Quando teve início a censura nos jornais, optou pela autocensura. O Grupo Folha, nos anos de chumbo, acabou colaborando com os agentes da repressão encarregados das prisões e tortura" (Capelato, 2014, p.310).

Por sua vez, Dias (2012, p. 56) aponta que os novos donos da Folha, Frias e Caldeiras, estavam inseridos no ramo do empresariado e “adotaram uma postura mais profissional frente ao jornal e se preocuparam, em um primeiro momento, em reorganizar e modernizar o jornal enquanto uma empresa capitalista”. Nessa perspectiva, o golpe de 1964 foi bem acolhido nas páginas da Folha, uma vez que, o jornal ainda precisava muito de capital externo para se consolidar. Além disso, como já mencionado, não existia, ideologicamente, muita divergência entre o empresariado e o governo militar que tomou posse. Conforme os próprios relatos de Frias, “os primeiros dez anos de sua gestão foram destinados a pagar dívidas e empréstimos, tanto que a Folha, neste primeiro momento, não se caracterizava como um jornal “agressivo” (Dias, 2012, p.57).

Os primeiros momentos de estabilização da empresa, sobre essa nova direção, são lembrados "como muitos mais econômicos do que políticos" (Dias, 2012, p.58). Como ainda aponta o autor, nesse período, a Folha conservou importantes vínculos com o novo governo instalado, atuando como um de seus grandes anunciantes. Dessa relação sucede o fato de que o jornal alcança lucros significativos com a grande expansão tecnológica da empresa, justamente no período caracterizado pelos “anos de chumbo” do regime. Na segunda metade da década de 1970, entretanto, a Folha busca estabelecer mais notadamente seu projeto político-editorial, conforme aponta o autor, “com suas dívidas sanadas e uma maior independência financeira, a empresa começa a praticar uma política de “avanços e recuos”, assumindo uma postura mais crítica e menos omissa em relação ao governo militar” (Dias,

2012, p.59).

5.2 A Análise do Editorial

A edição do Caderno Especial do Jornal Folha de São Paulo possui 44 páginas e foi publicado no dia 31 de Março de 1964. Inicia-se com a figura de pessoas caminhando e com o enunciado “64 – Brasil continua” preenchendo toda capa, a fim de promover o potencial de desenvolvimento do Brasil. Em termos de estrutura, esse suplemento é um embricamento de reportagens, editoriais e propaganda de empresas. Por exemplo, já na segunda página, ainda antes do editorial do jornal presente na página três, contém logo uma mensagem das Indústrias Romi S.A comemorando seus 20 anos de exportação.

No sumário, apresentado na página quatro, o jornal já aponta quais assuntos seriam tratados ao longo do Caderno, fazendo um panorama do cenário político e econômico visualizado pelo jornal. O progresso da indústria de adubos, os 10 mil quilômetros de novas estradas, a capacidade produtiva da energia elétrica, o parque siderúrgico como líder da América-latina e como terceira força industrial do país, o faturamento dobrado da indústria químico-farmacêutica, a força da construção civil estimulando os setores industriais, o Brasil como exportador de ferro, entre outros, foram os conteúdos abordados por todo caderno.

Desse modo, à medida que o jornal publicava informações acerca destes tópicos, uma série de empresas comprava espaço no Caderno para apresentar mensagens de crescimento, confiança, esperança, desenvolvimento e futuro. General Motors do Brasil S.A, Mercedes-Benz do Brasil S.A, Ford, Erontex Exportação Ltda., Squibb Indústria Química S.A, Banco Itaú S.A, Banco Colonial de São Paulo S.A, CIA Ultraz S.A, Metalúrgica Triângulo S.A, São Paulo Light S.A, RCA Eletrônica Brasileira S.A, Krupp Metalúrgica Campo Limpo S.A, Aços Viales, Laboratórios Pfizer, Usiminas, Esso, Grupo Votorantim, foram algumas das empresas que fizeram parte da composição desse Caderno Especial.

A conexão entre a participação dessas empresas no presente caderno e o momento político – véspera do golpe (Dias, 2013), pode ser pensada através da aliança estabelecida entre elite empresarial brasileira e os setores de repressão ainda antes do golpe, com a criação do IPES (Costa & Silva, 2018; Dreifuss, 1981). Dessa forma, cabe salientar que o apoio das empresas também foi oferecido, conforme aponta Costa e Silva (2018, p.25), “através de suportes ideológico e operacional, principalmente com notícias, reportagens e editoriais de apoio ao movimento golpista”. Em contrapartida, muitas empresas passaram a ser favorecidas pelas políticas econômicas do regime ditatorial e alguns setores “(...) foram particularmente beneficiados, como o da construção civil, indústria pesada de siderúrgica, metalúrgica e aço e o setor bancário” (Costa & Silva, 2018, p.26).

Nesse sentido, é possível identificar uma série de empresas desses setores corroborando mensagens de crescimento e confiança no Caderno Especial. Ademais, ao analisar a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade sobre a participação de empresas na ditadura civil militar, Costa e Silva (2018) apontam para empresas como a Ford, General Motors, Mercedes Benz, como financiadores e colaboradores na manutenção do governo ditatorial.

O foco da presente pesquisa foi na análise dos textos cuja autoria pertence à Folha de São Paulo, mais especificamente a página três. Logo de início percebe-se que, preenchendo toda página – e mesmo antes do sumário do caderno especial, o texto apresenta uma imagem de um bebê, fazendo analogia a um novo momento, que posteriormente no texto vai se articular com um olhar otimista de desenvolvimento econômico e mudança política.

Ao olhar o fragmento logo abaixo desta imagem, é possível – por meio da **análise textual** - identificar de acordo com a categoria de *transitividade*, que há uma voz ativa em “nossa” relacionando tanto à capacidade de fazer quanto à determinação de vencer, além de colocar-se como parte de um grupo, nesse caso, o jornal fala como e em nome da sociedade. Por outro lado, “eles” aparecem como o outro, como os momentos de incertezas a quem o “nós” precisa superar. Nesse sentido também é possível verificar uma estratégia de construção simbólica ideológica, apresentado por Thompson (2011): a universalização, pelo fato de o jornal apresentar seus interesses como gerais, em “para todos”, como forma de legitimação das relações de dominação. Além disso, ao iniciar com o termo “ato de fé” enfatiza a importância de se acreditar, conduzindo o texto para um olhar esperançoso do leitor:

“Construir é um ato que encerra muito mais do que ciência e técnica, porque é necessariamente um **ato de fé**. Fé na capacidade **nossa** de fazer e fé no destino último do que fazemos – em sua utilidade social, em sua permanência entre os valores da comunidade, em seu significado para a própria ascensão da espécie. Não importam os tropeços, os momentos de incerteza, aqueles instantes aflitos em que imaginamos parar, desistir, renunciar à tarefa, quando a **eles** opomos a fé em nosso propósito, em **nossa** determinação de vencer não para nós, **egoisticamente**, mas **para todos**, para a **elevação de nossa gente**, de nossa terra” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Seguindo com o texto, é possível identificar também outra categoria apresentada por Ramalho e Resende (2011), como *avaliação*, conforme trecho abaixo:

“Esta é a mensagem que 64-BRASIL CONTINUA, organizado pela equipe da FOLHA DE S. PAULO em íntimo contato com as mais ativas forças da produção nacional, procura levar a todos os seus leitores, a todos os brasileiros. Mensagem de fé que **antagoniza** os que vivem a proclamar a incurabilidade de nossos males de nação **em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energia capazes de superar os maiores obstáculos**. Mensagem de fé nascida do vigor dos depoimentos de números grupos, que, nas mais diversas atividades, têm contribuído com máximo idealismo para a construção do progresso do Brasil - **realidade indiscutível**” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Em “antagoniza” e “realidade indiscutível”, é possível perceber que o autor ao utilizar esses termos parte de uma perspectiva avaliativa sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim. Além disso, no texto “em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energias capazes de superar os maiores obstáculos”, o jornal apresenta outra estratégia de construção simbólica ideológica, apresentada por Thompson (2011), pelo qual ocorre a valorização positiva de ações, a eufemização. Isso porque o texto busca suavizar o peso de “os males da nação” enfatizando tanto o desenvolvimento e as reservas de energias a fim de se minimizar os obstáculos.

No trecho abaixo, à seguir, também é possível identificar em “indiscutíveis líderes”, que o autor enfatiza a certeza do exercício dessa liderança como verdade, legitimando o discurso dos mesmos para as afirmações subsequentes. Ademais, em “não tem dúvida”, pode se observar que é descrito um posicionamento do outro que passa a ter voz, com uma intertextualidade, articulando o discurso dos líderes como relevante para reafirmar o discurso do texto. Ainda, em “construtiva reportagem” e “observações insuspeitas” é possível observar adjetivos que colocam em evidência a *avaliação* positiva feita pelo autor sobre seu próprio texto como benéfico:

“Baseia-se 64-BRASIL CONTINUA em meticuloso trabalho de levantamento estatístico e econômico, assim como no depoimento de **indiscutíveis líderes** dos vários campos que esta **construtiva reportagem** abrange. E porque assim se fundamenta em números e **observações insuspeitas**, ao lado das manifestações daqueles que, responsáveis pelo desenvolvimento dos setores apresentados à consideração do público, **não têm dúvida** em olhar com plena confiança o futuro, a mensagem que deixamos, entre alegres e orgulhosos, ante os olhos dos leitores, é um grito de confiança, um AVANTE sem restrições. **Nem tudo são rosas**, apenas rosas, em todos os campos. Há problemas, e graves. Mas o que existe de mais importante é que nenhum deles surge como insolúvel. O caminho até aqui percorrido, pelos desbravadores em alguns casos, por seus herdeiros e continuadores em outros, ensinou a todos a grande lição da experiência técnica e administrativa. Com essa lição vem a capacidade de equacionar os problemas em termos cada vez mais científicos, na busca de crescente produtividade e com interesse **cada vez mais social**” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Além disso, no mesmo fragmento pode-se identificar o uso da categoria *metáfora* em “nem tudo são rosas” para dizer que em qualquer contexto, mesmo em um momento de crescimento e desenvolvimento do país em que o jornal intitulava estar (ou, seguindo a mesma metáfora, em um jardim florido), considera-se a existência de problemas graves.

Novamente, o texto apresenta pistas de universalização em “cada vez mais social” após referir-se à crescente produtividade, assumindo e tornando o interesse da indústria como se fosse um interesse social. Sobre esse aspecto, Fairclough (2011) ainda corrobora que os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas, em que a perspectiva pode ser universalizada. Desse modo, há a sustentação do trabalho ideológico da mídia, que posiciona e molda os sujeitos sociais, contribuindo principalmente para o controle e a reprodução social.

No fragmento abaixo, é possível identificar dois advérbios *avaliativos* “sadiamente” e “aceleradamente”, ambos colocados de forma positiva, o primeiro em relação aos investimentos e segundo relacionado ao saber do homem. Ainda, ao utilizar o verbo “surgirá” sem nenhum *modalizador*, revela um forte comprometimento do autor com as ideias expostas em seu discurso. Além disso, é possível identificar o entusiasmo com que o autor retrata o futuro do país, com a metáfora de “mais senhor de si mesmo”, como se a partir desses investimentos o Brasil se tornaria mais independente. Ademais, utilizando a estratégia de construção ideológica de nominalização, apresentado por Thompson (2011), no qual concentra a atenção do leitor para o tema de crescimento e desenvolvimento econômico, apagando o golpe civil-militar:

“A sensata ponderação de todos os dados, não dos elementos frios, quase diríamos abstratos, mas desses mesmos dados compreendidos e vistos à luz de todos os processos sociais econômicos em que se definiram – e que tremendos e desafiantes processos são esses num país de tamanha extensão e de tão grandes contrastes de riqueza ainda situado na faixa dos subdesenvolvidos! – essa ponderação leva-nos a acreditar que **o Brasil de 1964 será maior que o de 63** e de todos os outros períodos de sua história. Que os investimentos aqui **sadiamente** feitos se reproduzirão em obras colossais de que logo nos orgulharemos. Que desses investimentos, tanto os feitos em máquinas e equipamentos, quanto os que disserem respeito ao próprio homem que tão **aceleradamente** vai conseguindo o domínio da ciência e da técnica em nosso país, **surgirá um Brasil maior, mais senhor de si mesmo**, mais robusto em

sua democracia, mais presente no mundo como nação condutora, mais feliz pela felicidade maior de seu povo e pela mais ampla e completa realização de seus cidadãos” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Ao analisar o último fragmento é possível identificar algumas pistas que encaminham a análise do discurso como **prática social**, partindo da análise mais micro para a mais macro:

“Mais do que **as radicalizações**, mais do que os **fermentos de ódio**, importa essa lição de trabalho e de fé. Pois se somos um país em desenvolvimento, envolto nas malhas de uma grande inflação, não venceremos nossos percalços senão pela força do trabalho cada vez mais eficiente, **dentro da ordem** e da comunhão de ideais. Desse trabalho haveremos de participar todos nós, na medida de nossas possibilidades, fazendo da melhor maneira sempre o que soubermos fazer, e cômicos de que lutamos todos por **um objetivo comum**. E haveremos de participar com animo, dentro de um clima **POSITIVO**, pois o **NEGATIVISMO** nada constrói mas pode, este sim, solapar todas as estruturas do país e minar as energias de seu povo. Basta olhar o homem nas ruas, nas fábricas, nos escritórios, nas oficinas, nos gabinetes, nos laboratórios, para sentir a **vocação para a ordem** e o trabalho. Assim não fora e 64-BRASIL CONTINUA não poderia constituir a mensagem do mais sadio otimismo, que sem dúvida é. **Avante!**” (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).

Os termos “radicalizações” e “fermentos de ódio” se referem ao que estaria acontecendo no governo reafirmando o discurso da oposição de que estava se instaurando uma esquerda radical que levaria o Brasil ao comunismo caso não houvesse a deposição de Goulart. Desse modo, o jornal utiliza o termo “ódio” avaliando negativamente a postura de quem estava contra o movimento de golpe do Estado. Além disso, a Folha reforça essa polarização entre bom e ruim, quando utiliza os termos *avaliativos* “positivo” e “negativismo”, mostrando que no bom momento em que se vivia o país não precisava e nem devia se manifestar contra, pois assim perder-se-ia a oportunidade de se construir e desenvolver um país melhor. Ao finalizar o texto com o termo “Avante”, reforça ainda o tom entusiasmado do jornal com o novo cenário político.

Por fim, pode se observar o termo “ordem” duas vezes no mesmo fragmento em “dentro da ordem” e “vocação para a ordem”, mais uma vez reforçando o discurso que estava sendo pregado pela oposição. Isso porque, conforme apresentado, um dos principais *slogans* e conceitos ligados à deposição de Goulart era de reestabelecer a ordem no país, preservando-o da subversão de valores.

Desse modo, durante o regime militar, a Folha de São Paulo, manteve importantes relações com o Estado, tornando-se um dos seus principais anunciantes. De acordo com Dias (2013), diante disso ocorreu como já mencionado, uma grande expansão tecnológica da empresa, tornando-se um momento em que o jornal passou a obter lucros significativos, aumentando também sua participação no mercado, resultando maior influência editorial junto ao público. Assim, o grupo Folha conseguiu consolidar seu império, bem como, conseguiu trabalhar no campo político, estando atento à qualquer tendência política, a fim de saber que estratégia mercadológica e, conseqüentemente, que posicionamento e ideologia ativar em seu produto, o jornal.

6. Considerações Finais

O presente trabalho teve por objetivo analisar o Caderno Especial “64 – Brasil Continua” do Jornal Folha de São Paulo à luz da análise crítica do discurso. A partir desta

análise buscou-se compreender qual foi o posicionamento e as principais construções discursivas que o Jornal assumiu no momento do golpe civil-militar de 1964.

Dentro da dimensão texto, foi possível identificar quatro categorias: a) *transitividade*: uma vez que o jornal utiliza a voz ativa sempre que se refere à capacidade de crescimento; b) *avaliação*: polarizando como negativo àqueles que vivem a proclamar os males do país e como positivo os que conseguem observar o processo de desenvolvimento do mesmo; c) *metáfora*: quando o editorial utiliza o termo “rosas” para mostrar que em todos os contextos existem problemas, no entanto, não insolúveis; e d) *modalização*: ao usar o verbo “surgirá” para dizer que um Brasil melhor irá aparecer sem nenhum modalizador, o texto revela um forte comprometimento do jornal com as ideias expostas em seu discurso.

Além disso, no que se refere à dimensão prática discursiva, por meio da revisão de literatura foi possível identificar que o jornal Folha de São Paulo tornou-se um dos principais jornais da grande imprensa brasileira no período da ditadura civil militar, bem como, conservou importantes vínculos com o novo governo instalado atuando como um de seus grandes anunciantes. Desse modo, é fundamental entender esse jornal não apenas como um veículo de informação, mas principalmente, como um importante formador de opinião na época e como uma organização relevante na transmissão da ideologia (Motta, 1992), alcançando grande parcela da sociedade brasileira.

Por sua vez, no que tange à dimensão prática social, foi possível identificar na análise do Caderno Especial três categorias das estratégias do arcabouço de Thompson (2011) nas construções simbólicas ideológicas. Foram elas: a) *universalização*: quando o jornal trouxe os interesses da indústria como sendo gerais, falando em nome da sociedade; b) *eufemização*: buscando suavizar os problemas sociais ao enfatizar o potencial de desenvolvimento do Brasil e; c) *nominalização*: no qual, o jornal concentra a atenção do leitor para o tema de crescimento e desenvolvimento econômico, apagando o golpe civil-militar. Dentro desse panorama, entender o discurso do jornal Folha de São Paulo como prática ideológica, uma vez que este “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2016, p.98) é compreender que a manutenção dessa ideologia “está sempre a serviço de um projeto, que se traduz em uma prática política” (Motta, 1992, p.42).

Nessa perspectiva, diante da análise realizada, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de São Paulo em relação ao golpe civil-militar de 1964. Identificar como um jornal de grande circulação propagou uma ideologia, mobilizado pelas formas simbólicas do discurso, estabelecendo e sustentando as relações de dominação, torna aceitável a compreensão de que a comunicação de massa traz grandes consequências para a construção social, como fomentadora de discursos não só ligados à política, mas como também à cultura, à educação e, às diferentes temáticas e decisões e posicionamentos que perpassam à sociedade.

Dessa maneira, é possível reafirmar que a imprensa atuou fortemente não somente como instrumento de informação, mas principalmente, como formadores e reprodutores de discursos e opinião pública. Assim, tornam-se cada vez mais necessárias discussões direcionadas ao atendimento das demandas da sociedade de forma a promover o debate e fortalecer a democracia, através dos meios de informação de massa como os jornais. Isso porque, do mesmo modo como observado no editorial publicado no dia do golpe civil-militar de 1964, em que ficou evidente através da análise discursiva do texto o viés do jornal, ainda hoje é possível identificar que, de acordo com seus interesses mercadológicos, as empresas

jornalísticas podem assumir diferentes posicionamentos e, conseqüentemente, influenciar todo um posicionamento popular.

Por fim, uma vez que foi utilizada a análise crítica do discurso que tem como última etapa uma análise reflexiva, uma consideração final consiste em enfatizar que, considerando a historiografia que apresenta mudanças no posicionamento da imprensa no período de abertura política de 1985, deve-se ressaltar que a presente análise refere-se apenas ao Caderno Especial do jornal Folha de São Paulo em 1964 em seu momento de publicação. Como sugestão de pesquisas futuras, seria importante proceder à análise de outras publicações do Jornal ao longo do período ditatorial e, particularmente, no período de transição democrática.

7. Referências

- Abreu, A. A. (2005). A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In: Bragança, A., Moreira, S.V. (Org). *Comunicação, acontecimento e memória*. Intercom, 2005.
- Blommaert, J.; Bulcaen, C. (2000). Critical discourse analysis. *Annu. Rev. Anthropol.*, 29, 447-66.
- Brandão, H.H.N. (2004). *Introdução a análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Booth, C.; Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30.
- Capelato, M.H. (2014). História do Tempo Presente: A Grande Imprensa como Fonte e Objeto de Estudo. In: Delgado, L.A.N.; Ferreira, M.M. (Orgs) *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Clark, P.; Rowlinson, M. (2004). The treatment of history in organization studies: towards an "historical turn"? *Business History*, 46(3), 331-352.
- Costa, A.S.M.; Barros, D.F.; Martins, P.E.M. (2010). Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, 50(3), 288-299.
- Costa, A.S.M.; Silva, M.A.C. (2017). Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão Nacional da Verdade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(2), 163-183.
- Costa, A.S.M.; Silva, M.A.C. (2018). Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. *Organização & Sociedade*, 25(84), 15-29.
- Dias, A.B. (2012). *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Dias, A.B. (2013). "64- Brasil continua": História, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* - v.2, n.1, jan./jun. - ISSN 2238-3913 (versão impressa) 2238-5126 (versão online).

Dias, L.A. (2011, Outubro). Imprensa e poder: uma análise dos jornais OESP e FSP no golpe de 1964. *IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association for Public Opinion Research*. (http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Luiz_Antonio_Dias_1.pdf) Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Diniz, E. (1994) Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: Soares, G.A.D; D'Araújo, M.C. (Org). *21 anos do regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Estevez, A.; Bandeira, F. (2014). A ditadura militar como tema: uma radiografia da produção acadêmica sobre o regime. In: Thiesen, I. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras.

Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. 2.Ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Folha De São Paulo. (1964). *Suplemento Especial “64 – Brasil Continua”*. Recuperado em 29 de janeiro, 2018, de <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/03/31/48#>

Kieling, C.G. (2016). Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira durante o golpe de 1964. *Revista Extraprensa*, 10(1), 3-17.

Luca, T.R. (2006). Fontes impressas: história nos, dos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, C. B. (Org). *Fontes Históricas*, São Paulo: Contexto.

Macleon, M; Harvey, C.; Clegg, S.R. (2016). Conceptualizing Historical Organization Studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632.

Motta, F.C.P. (1992). As empresas e a transmissão da ideologia. *Revista de Administração de Empresas*, 32 (5), 38-47.

Motta, R. P. S. (2013). A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi. Revista de História*, 14(26), 62-85.

Napolitano, M. (2011). O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro - apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporanea - Historia y problemas del siglo XX*, 2(2), 209-217.

Orlandi, E.P.; Lagazzi-Rodrigues, S. (2006). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes.

Pires, E.M. (2008) *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. Dissertação de Mestrado Em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Ramalho, V.; Resende, V.M. (2011). *Análise do Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Editora Pontes.

Resende, V.M; Ramalho, V. (2004). Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, 5(1), 185-207.

- Resende, V.M; Ramalho, V. (2011). *Análise do discurso crítica*. 2. ed., São Paulo: Contexto.
- Schwarcz; L.M; Starling, H.M. (2015). *Brasil: uma biografia* (1a ed.). São Paulo: Companhia de Letras.
- Smith, A. (2000). *1960 - Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Soares, G.A.; D'araújo, M.C. (1994). O Golpe de 1964. In: Soares, G.A.D; D'Araújo, M.C. (Org). *21 anos do regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Spink, M.J.P; Medrado, B. (2013). Produção de Sentido no Cotidiano. In: Spink, M.J.P. *Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Thompson, J.B (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (9ª. ed.). Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes.